

## “AINDA ROMANCE”: TRAJETÓRIA E CONSOLIDAÇÃO DO GÊNERO NO BRASIL OITOCENTISTA

Germana Maria Araújo Sales\*

**Resumo:** Este trabalho destaca um diálogo entre o texto “Ideal do crítico”, de Machado de Assis publicado em 1865, no *Diário do Rio de Janeiro*, com o prólogo “Bênção Paterna”, assinado por José de Alencar e publicado em 1872, por ocasião do lançamento de *Sombos d'ouro*. As duas publicações versam sobre o gênero romance e dissertam acerca da aclimação e consolidação dessa forma narrativa no Brasil, na segunda metade do século XIX. Discutem-se ainda, neste ensaio, os dados demonstrativos do processo de evolução quantitativa da prosa de ficção brasileira, informações que remetem para a reflexão sobre os princípios de articulação do sistema literário no século XIX, como também para a compreensão do conjunto de práticas sociais e da rede de instituições existentes para organizar e valorizar esse sistema.

**PALAVRAS-CHAVE:** Romance. Crítica literária. Sistema literário.

Em outubro de 1865, quando Machado de Assis publicou, no *Diário do Rio de Janeiro*, o texto “Ideal do Crítico”, lia-se naquelas linhas um diagnóstico da crítica da época e da situação da produção literária brasileira. Machado afirmava, àquela altura, que longos eram os intervalos com que as boas obras apareciam e “raras as publicações seladas por um talento verdadeiro”<sup>1</sup>. O ressentimento do romancista brasileiro se dirigia a dois aspectos do meio literário que julgava precários, ressaltando, primeiramente, a inexistência de uma crítica séria, livre da camaradagem e envolta na justiça de análise e, em segundo lugar, a ausência de publicações de valor inquestionável.

---

\* Universidade Federal do Pará

<sup>1</sup> ASSIS, Machado. “Ideal do Crítico”. In: *Obras completas de Machado de Assis — Crítica literária*. Vol. 29. São Paulo: W. M. Jackson editores, 1962. p. 11-19.

O que pensaria, atualmente, um aluno do curso de letras ao se deparar com este texto crítico machadiano, tendo em vista a consagração do autor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*? Considerando-se a autoridade atribuída ao discurso do escritor nos dias atuais, é bem provável que concordasse com Machado e entendesse que até aquele momento o número de boas obras se contava nos dedos de uma só mão. Caberia então, ao professor de Literatura esclarecer ao estudante que Machado não estava completamente certo, nem de todo errado, pois suas considerações dependiam da perspectiva a partir da qual concebia o gênero romance, bem como de uma ideia que era senso comum naquele século, qual seja, a de que as boas obras eram poucas.

Ler romances não dava muita distinção ao leitor do século XIX, como também, escrever não elevava rapidamente o escritor à categoria de consagrado, conceito em torno da leitura que provinha de ideias pautadas por alguns eruditos que defendiam como boa leitura aquela que primava pelo afastamento do leitor daquilo que era novo e capaz de permitir a descoberta de uma identidade particular com o texto.

Ao leitor de hoje caberia refletir acerca das afirmações categóricas de Machado, avaliando o momento em que a Literatura Brasileira se afirmava e quando, particularmente, o romance alcançava sua ascensão em terras nacionais, ponderações suficientes para aquilatar um entendimento contrário ao protesto declarado, principalmente no que se refere à produção de romances.

Nesse contexto, não podemos esquecer que a produção literária brasileira esteve vinculada aos processos políticos que influíram de forma decisiva no aparecimento e crescimento de uma Literatura Nacional. Sabemos que o Brasil sofreu um longo processo de colonização, que acarretou a desvantagem de principiar as atividades tipográficas somente em 1808, marco que deu início à produção de livros e circulação de periódicos, favorecendo, dessa forma, o começo da impressão desvinculada da metrópole. Tal fato decisivo possibilitou a expansão intelectual e ampliou a cultura letrada.

Além disso, outro aspecto viria corroborar para a consolidação das letras em nosso país seria a independência em 1822, acontecimento que contribuiu para a publicação de obras preocupadas com a construção da identidade nacional e para o acréscimo considerável de publicação de romances assinados por autores locais. Tinha início a maturidade das manifestações literárias brasileiras, acontecimento este requerido quarenta e três anos antes do artigo assinado por Machado de Assis, cujo objetivo mais veemente pareceu ser a demanda de uma posição da crítica mais justa e coerente com as regras da arte, bem como obras seladas pelo verdadeiro talento, ponto que nos interessa discutir.

O que vale destacar é que o texto “Ideal do crítico”, de Machado de Assis dialoga com o prólogo “Bênção Paterna”, assinado por José de Alencar e publicado em 1872, por ocasião do lançamento de *Sonhos d'ouro*, quando o romancista dava início ao texto do

prefácio, advertindo sobre a possibilidade da crítica não acolher com bons olhos mais um romance, apesar de toda a atmosfera prosaica naquele século:

Ainda romance!

Com alguma exclamação, nesse teor, há de ser naturalmente acolhido, pobre livrinho, desde já te previno.

A ênfase com que abre o prefácio do romance se dirigia, naturalmente, à “crítica sisuda” que, ao seu ver, desqualificaria o gênero tendo em vista os critérios que então norteavam a apreciação dos avaliadores de romance da época. Seria ainda uma crítica governada pelo ódio, camaradagem ou indiferença, como descreveu Machado em 1865, ou simplesmente, Alencar se precava do conceito maledicente em relação aqueles que julgavam sua produção literária atrelada à ganância? Ora, se é um ou outro aspecto sobre o qual se debruça o texto do prólogo, cabe-me aqui refletir sobre quais aspirações teria a crítica oitocentista sobre o romance brasileiro presente nas estantes da época. Dois pontos precisariam aqui ser salientados: a afirmação de Machado de Assis sobre a escassez de boas obras e a prevenção de Alencar diante de mais um romance que viria a lume.

Retomando um pouco a História do romance no Brasil e sua aclimação enquanto produto nacional, ressaltamos primeiramente a situação do gênero de acordo com as Histórias Literárias quando afirmam, em grande parte, que “no decênio de 1840 apareceu o romance”<sup>2</sup>. A afirmativa procede se formos estabelecer Teixeira e Sousa e Joaquim Manuel de Macedo como os iniciadores da produção romanesca e reconhecer que os passos iniciais do nosso romance foram tímidos. Contudo, se formos avaliar as particularidades que cercam as produções literárias do século XIX e a generalidade em que estavam envoltos os gêneros no período, não podemos descartar a hipótese de que esse mapa literário começa a ser traçado duas décadas antes de 1840, levando em conta a categoria dos textos em prosa de ficção.

Entretanto, no espaço em que surgiu a prosa de ficção, diversas foram as reações da crítica e dos leitores. A crítica reproduzia o pensamento sobre a forma como os textos foram recebidos por uma camada de intelectuais e identificava a leitura de romances como moralmente perigosa, comparada às leituras eruditas e os textos religiosos que ampliavam o conhecimento e aperfeiçoavam o espírito, respectivamente. Márcia Abreu faz uma análise comparativa do que significava ler romances no século XVIII em relação à leitura de outros tipos de textos:

Embora fonte de inconvenientes físicos, há leituras que valem a pena, enquanto outras são unicamente perniciosas. Dentre essas,

---

<sup>2</sup> CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira*. 3. ed., São Paulo: Humanitas, 1999. p. 40

muitos incluem a leitura dos romances, tida como perigosa pois faz com que se perca tempo precioso, corrompe o gosto e apresenta situações moralmente condenáveis. A leitura de romances traz à baila discussões de natureza ética, religiosa e intelectual, tanto mais acaloradas quanto mais se percebe a disseminação do gênero e sua influência sobre os leitores.

(...) Enquanto a leitura das belas letras tem por objetivo formar um estilo e ampliar a erudição e as leituras religiosas visam aprimorar o espírito e indicar o caminho da virtude e da salvação, a leitura dos romances parece sem finalidade.<sup>3</sup>

Tais considerações em torno da leitura reproduzem o modelo de excelência dos textos, pautado no padrão clássico, ou ainda nos textos religiosos que serviam como parâmetro para avaliar a boa leitura. As leituras consideradas “benéficas”, ou que faziam parte do seletivo grupo das “belas letras”, tinham como objetivo não só instruir, mas edificar o espírito.

E parece que Alencar tinha razão quando entendia que aqueles a quem era dado o direito de apreciar o romance estavam envoltos pela cortina da contrariedade e tinham a “seu cargo desdizer de tudo neste mundo”, deleitando-se em negar a verdade, avaliando como boas as obras, somente aquelas, cuja compreensão só era possível a um determinado grupo restrito. Os demais romances, que já faziam parte do gosto dos leitores, apenas eram aceitos se estivessem embutidos de função moralizadora, conforme descreve Valéria Augusti:

Até pelo menos meados do século XIX, a crítica literária que nos jornais se debruçou sobre o romance atribuiu-lhe um destino popular e uma função instrutiva e moralizadora. Desde a década de 30 afirmou-se que ele se destinava ao “povo”, qualquer que fosse o conteúdo que se pudesse emprestar a essa palavra, pois pouca preocupação tiveram os homens de letras em precisar-lhe o sentido. Elaborada contrastivamente, essa concepção serviu para distinguir a leitura “selvagem” e “desregrada” do romance daquela versada no conhecimento das regras de composição e análise da produção literária, característica das elites letradas. Carregada de um sentido pejorativo, a concepção segundo a qual o romance tinha um destino “popular” serviu para desprestigiar o próprio gênero através da definição de seu público, em relação ao qual as elites pretendiam se diferenciar. Os bons gêneros, ou seja, os que possuíam dignidade literária eram aqueles cujo significado era acessível apenas a um público restrito, o qual tinha domínio sobre as regras de interpretação que eles requeriam. No caso do romance, a leitura era franque-

---

<sup>3</sup> ABREU, Márcia. *O caminho dos livros*. Campinas. SP: ALB & Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 2003. p. 255.

ada a qualquer um que pudesse ler ou ouvir, sem que para isso fosse exigido um conjunto de conhecimentos prévios. Assim sendo, o público que o acolhia extrapolava o grupo seletivo de homens de letras, ampliando-se na mesma medida em que se ampliava a imprensa periódica, responsável em boa parte por sua ampla difusão.<sup>4</sup>

O desprestígio do gênero foi tanto que a História tratou de ocultar o início da produção em prosa de ficção no Brasil, assinada por autores nacionais, ocorrido muito antes dos anos oitocentos, quando alguns se referem à obra *As Aventuras de Diófnanes*, de Tereza Margarida da Silva Orta, publicada em 1752<sup>5</sup> como o primeiro romance brasileiro. Essa assertiva descarta a suposição de que esse mapa literário começa a ser traçado somente na década de 1840, além de contrariar as teses preconizadas até então.

Com efeito, a validade da hipótese de que a circulação de uma ficção nacional anteceda aos anos 40 entra em desacordo com o conceito já internalizado pelas Histórias Literárias, bem como pela maioria dos artigos acadêmicos divulgados entre professores e alunos, e relativizar a nossa disposição perante a compreensão da existência de outras obras anteriores as de Teixeira e Souza e Joaquim Manuel de Macedo.

Diante de tantos escaninhos, já se percebe que o professor teria um árduo trabalho em situar seu aluno diante de um contexto aparentemente novo. Contudo, se o assunto desta fala é a defesa da existência de romances, vamos retomar um pouco os acontecimentos literários anteriores a 1843.

É verdade que antes do decênio de 40, as obras não estavam dimensionadas no padrão que, tempos depois, identificaríamos como romance. Naturalmente, no oitocentos, o romance já existia, mas era um gênero novo e a qualificação sobre o que seria novela ou propriamente romance só foi possível tempos depois. No entanto, seja no formato livro ou em publicações folhetinescas, as manifestações literárias brasileiras em prosa de ficção começaram a aparecer, acanhadamente, em 1826, com a novela *Statira, e Zoroastes*, de Lucas José d'Alvarenga<sup>6</sup>, acompanhada de outros títulos que circularam entre os leitores.

Obedecendo às irregularidades do gênero, os enredos tinham o objetivo de provocar “emoção fácil”, “os vínculos misteriosos” e a “simplificação dos caracteres”, aglutinando uma linguagem verbal acessível e próxima das temáticas da vida cotidiana, reunindo “amplitude e ambição”, como observa Antonio Candido.<sup>7</sup>

---

<sup>4</sup> VAUGUSTI, Valéria. *Trajetórias de consagração: discursos da crítica sobre o romance no Brasil oitocentista*. Tese de Doutorado. IEL/UNICAMP, Campinas, SP, 2006.

<sup>5</sup> ABREU, Márcia. “Rumos da ficção no Brasil oitocentista”. *Revista Moara*. Nº. 21. Belém, PA, 2004. p. 7.

<sup>6</sup> LUCAS JOSÉ D'ALVARENGA (nasceu em Sabará, MG, em 1768 e faleceu no Rio de Janeiro em 7 de junho de 1831).

<sup>7</sup> CANDIDO, Antonio. *A Formação da literatura Brasileira*. Vol II. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 110

Nesse cenário, antes de 1843, já era comum entre os leitores a ocorrência de exemplares de prosa de ficção, embora alguns estudiosos não qualificassem a relevância desse gênero no período, pois classificavam esses textos como conto ou novela<sup>8</sup>. José Veríssimo, por exemplo, na sua *História da Literatura Brasileira* reconhece a ocorrência desses escritos como precursores e assinala João Manuel Pereira da Silva como o iniciador do romance histórico:

Se Teixeira e Sousa foi o criador do romance que nos habituamos a chamar de brasileiro, isto é, o que representa a nossa vida comum e descreve os nossos costumes, paisagens, tipos, foi entretanto Pereira da Silva quem, precedendo-o, criou o romance de ficção histórica, então em voga com Walter Scott e seus primeiros discípulos. (...) Em 1839 publicou Pereira da Silva o romance histórico *O aniversário de D. Miguel* em 1825, mas é apenas uma novela de trinta e três páginas, como é apenas uma novela de poucas mais páginas *Religião, amor e pátria*, saída no mesmo ano. Jerônimo Corte Real também teve a sua primeira publicação no *Jornal do Comércio* em forma de curta novela, que o autor ampliou em romance, alongando-o aliás com desenvolvimento impertinente, quando a deu em livro de 240 páginas, em 1865. Do mesmo gênero de Jerônimo Corte Real é Manoel de Moraes, “crônica do século XVII”. Sabendo-se como ele fazia história, avalia-se como faz o romance histórico.<sup>9</sup>

De fato, após a publicação de *Statira e Zoroastes*, o número de obras de Pereira da Silva<sup>10</sup> é significativa se comparado aos outros autores do período, pois além dos romances históricos referidos por Veríssimo, pode-se considerar também as obras *Um primeiro Amor* e *Luisa* (1837); e *Amor, ciúme e vingança*, (1838), ainda que sejam de menor porte<sup>11</sup>. Ao lado de Pereira da Silva, circularam outros títulos assinados por nomes reconhecidos naquele período pós Independência, como *Januário Garcia ou as sete orelhas* (1832), de Joaquim Norberto<sup>12</sup>; *A rusga da praia grande ou o quixotismo do general das massas* (1834), de Janu-

<sup>8</sup> Idem. p. 120.

<sup>9</sup> VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. Ministério da Cultura — Fundação Biblioteca Nacional — Departamento Nacional do Livro, 1915, p. 91-92.

<sup>10</sup> JOÃO MANUEL PEREIRA DA SILVA (nasceu em Iguaçú, RJ, em 30 de agosto de 1817 e faleceu no Rio de Janeiro em 16 de junho de 1898) (Temístocles Linhares informa Paris o local de falecimento de Pereira da Silva)

<sup>11</sup> *Um primeiro amor*. Publicado no “Gabinete de Leitura” de 22 de outubro de 1837, com assinatura “Pereira da Silva” e LUIÇA Publicado no “Gabinete de Leitura” de 22 de outubro de 1837, com assinatura “Pereira da Silva”.

<sup>12</sup> JOAQUIM NORBERTO DE SOUSA SILVA (nasceu no Rio de Janeiro em 1820 e faleceu na mesma cidade, em 1861. Alfredo Bosi informa a data de 14 de maio de 1891, em Niterói) Segundo José Veríssimo, Norberto foi mais o criador, se não do romance brasileiro, da ficção novelística em prosa.

ário da Cunha Barbosa; *Uma lembrança saudosa* (1838), de Ana Eurídice Eufrosina de Barandas<sup>13</sup>.

No final da década de 30, o jornal aparece como importante meio de divulgação literária e permanece por todo o século XIX como meio facilitador da relação entre a obra e o público. Nesse contexto, ainda em 1838, o periódico *O Chronista* publica os escritos *Os três desejos* e *Mariana*, de Firmino Rodrigues da Silva<sup>14</sup> e, do mesmo autor, no mesmo ano, *Um sonho*, no *Gabinete de Leitura* de 7 de janeiro de 1838, com a assinatura “Rodrigues da Silva”

Os títulos, assim como seus autores, aqui referidos, na certa não fazem parte da relação conhecida até então por aquele estudante que confia severamente em qualquer texto assinado por Machado de Assis ou José da Alencar, pois são autores consagrados e suas obras até hoje são vendidas e lidas. Contudo, as obras aqui citadas se são incompatíveis com o conhecimento do aluno, não foram completamente esquecidas nas Histórias Literárias, mas sim no discurso de muitos professores e conferencistas que compraram a ideia segundo a qual os primórdios do romance se deu nos anos 1843/44. Ao jovem leitor, basta que abra uma História da Literatura e leia com atenção as descrições sobre os acontecimentos literários anteriores às datas estabelecidas. Em alguns casos ele irá se deparar com algum elogio aos autores reconhecidos pela sua produção poética, mas considerados péssimos prosadores.

Nomes como Joaquim Norberto, Pereira da Silva e Januário da Cunha Barbosa têm, sim, seu espaço reservado na História Literária Nacional, mas que lugar lhes foi reservado na historiografia? Por que suas obras não contam para a instituição literária? Quais os critérios que balizam a inclusão ou o descredenciamento de algumas produções escritas?

O que conta é que as obras existiram de fato e de direito e se elas foram de grande mérito, não vem ao caso nesta seção, pois o que queremos reconhecer é a existência de uma prosa de ficção de autoria nacional, sistemática, mesmo que possa não tenha tanta relevância para o mestre Machado.

É por esse motivo que não podemos desprezar a novela histórica *Os assassinos misteriosos, ou a paixão dos diamantes*<sup>15</sup> (1839), de Justiniano José da Rocha que, segundo Tânia Serra<sup>16</sup>, contava 24 páginas e foi publicada primeiramente em capítulos, no *Jornal do Comércio*, respeitando as temáticas peculiares ao romance-folhetim, como o mistério, a aventura e a vingança.

---

<sup>13</sup> ANA EURÍDICE EUFROSINA DE BARANDAS (nasceu em Porto Alegre, em 1819)

<sup>14</sup> FIRMINO RODRIGUES DA SILVA (nasceu em Niterói em 1816 e faleceu em 1879)

<sup>15</sup> De acordo com Tânia Serra, trata-se da história de um joalheiro paranóico fixado em Paris, partidário de mania pouco recomendável de assassinar os seus clientes.

<sup>16</sup> SERRA, Tania. *Antologia do romance-folhetim (1839-1870)*. Brasília: Editora UNB, 1997. p. 57.

No ano de 1839, o romance-folhetim já está instalado no Brasil e o *Jornal do Comércio* é o principal periódico divulgador da novidade. Assumindo toda a forma afrancesada, incluindo o melodrama e o uso de pseudônimos, Francisco de Paula Brito<sup>17</sup> publicou naquele periódico com as iniciais P.B, as obras *A revelação póstuma*, *A mãe-irmã* e a novela brasileira *O enjeitado*, também no *Jornal do Comércio*. Essa última foi editada, posteriormente, pela tipografia do próprio *Jornal do Comércio* e comercializada pelo preço de 240 réis o exemplar.

O *Jornal do Comércio* foi espaço também dos romances históricos de João Manuel Pereira da Silva, *O aniversário de d. Miguel em 1828*, *Religião, amor e pátria*, em 1839 e *Jerônimo Corte Real*, em 1840, referidos por José Veríssimo na sua *História da Literatura*.

Além do *Jornal do Comércio*, outras folhas diárias divulgavam as produções brasileiras, como *O Panorama*, que publicou em 1840 a crônica *O descobrimento do Brasil*, de Varnhagen<sup>18</sup> e o *Despertador Brasileiro* que publicou as novelas *O sedutor* e *Virgínia ou a vingança de Nassau* de João José de Souza e Silva Rio<sup>19</sup>, também em 1840. Ainda em 40, mas dessa vez no formato livro, circulou o romance epistolar *Heróides de Olímpia e Herculano, jovens brasileiros ou o triunfo conjugal*, texto com “nítida mensagem moral e didática”<sup>20</sup>, também assinado por João do Rio.

No período compreendido entre os anos 40 e início dos anos 50, do século XIX, a publicação de prosa de ficção brasileira começa a se intensificar com a divulgação de 60 obras entre novelas, folhetins e romances. A História política favorece deveras essa transformação das letras nacionais, pois tinha início o Segundo Império, e o país contava com um Imperador afeito às artes o que, de certa forma auxiliou a Literatura Nacional a galgar prestígio.

Esse é o momento em que “a influência dos escritores cresce, por meio dos folhetins”<sup>21</sup> e o comércio de livros no Brasil começou a se desenvolver e consolidar, favorecido principalmente pela abertura de diversas tipografias e pela instalação, no ano de 1844, da editora B.L.Garnier, a mais importante casa editorial do país na época.

É nesse espaço que a imprensa se consagra como suporte privilegiado para abarcar toda uma produção escrita emancipada das leis e pressupostos que impunham regras

---

<sup>17</sup> FRANCISCO DE PAULA BRITO (nasceu no Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1809 e faleceu a 15 de dezembro de 1861, 14 dias após a morte de Teixeira e Souza, de quem sentiu sobremodo a morte e regressou do cemitério já adoentado, conforme descreve Raimundo de Menezes no seu *Dicionário literário brasileiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: livros técnicos e científicos, 1978 , p. 132)

<sup>18</sup> FRANCISCO ADOLFO VARNHAGEN (nasceu em São João de Ipanema, SP, em 17 de fevereiro de 1816 e faleceu em 29 de junho de 1878)

<sup>19</sup> JOÃO JOSÉ DE SOUZA E SILVA RIO (nasceu no Rio de Janeiro, a 4 de julho de 1810 e faleceu a 12 de agosto de 1886)

<sup>20</sup> SERRA, Tania. *Antologia do romance-folhetim (1839-1870)*. Brasília: Editora UNB, 1997. p. 185

<sup>21</sup> MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o Romantismo*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 17.

ao sistema literário. Entre os jornais e revistas que contribuíram para a consolidação da prosa de ficção nessa época, destacam-se: o jornal *Arquivo Romântico*; a Revista *Minerva Brasileira*; o jornal *Gazeta Universal*; *Jornal Literário Pictorial*; *Ostensor Brasileiro*; *O Musaico*; a revista *O Crepúsculo*; *Jornal Correio Mercantil*; o periódico *A Grinalda*; revista *Guanabara*; *Revista O Beija-Flor*; revista *Íris*; revista *O belo sexo*; *Jornal do Comércio*; jornal *O Americano*; revista *Ensaios Literários*; *Jornal do Comércio*; *Revista Literária*; jornal *O Pelotense*; *Revista Guanabara*; jornal *O Curupira*; *Jornal das Senhoras*; *Correio Mercantil*; *Revista Marmota Fluminense*.<sup>22</sup>

Além das publicações em periódicos, o mercado editorial começa a crescer e, além da B.L.Garnier, podem-se citar como importantes editoras e tipografias a editora Laemmert; a Tipografia Francesa; a Tipografia do Arquivo Médico Brasileiro; a Typographia Fluminense, de Cândido Martins Lopes; e a Tipografia Dous de Dezembro, de Paula Brito.

Na década de 50 e início dos anos 60, a literatura afinal se firma e aponta números relevantes para uma produção nacional. Nesse período, escritores consagrados, como Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar, Bernardo Guimarães, entre outros tantos nomes, ajudavam a construir a desejada literatura genuinamente brasileira.

Os periódicos permaneciam cumprindo sua missão de levar o romance ao pátio maior e o centro dessa divulgação deixou de ser unicamente a cidade do Rio de Janeiro para circular, na mesma medida, por diversas províncias da nação. Dentre as folhas diárias e revistas que atendiam a esse propósito, cito: revista *Brasil Ilustrado*; *Diário do Rio de Janeiro*; *Revista Literária*; *Diário Mercantil de São Paulo*; *Jornal do Comércio*; *Correio Paulistano*; *Correio Mercantil*; *Jornal científico, político e literário*; *A Ilustração Luso-brasileira*; *Jornal dos Taquígrafos*; *Jornal do Commercio*; *Marmota Fluminense*; *Revista mensal do ensaio filosófico paulistano*; *Jornal Correio da Tarde*; *Jornal do Recife*; *Revista Semanal Ciências, Letras e Artes*; *Correio Mercantil*; *Revista Culto à Ciência*; *Jornal Correio da Tarde*; *Mosaico*; *Jornal do Instituto Pio e Literário de Pernambuco*; *Revista Popular*; jornal *O Jardim dos Maranhenses*; *Jornal do Recife*; *Revista Ensaios Filosóficos*; jornal *Diário de São Paulo*; jornal *Diário de Pernambuco*; *Sul-Mineiro*; *Marmota Fluminense*.

Nesse meio tempo as editoras proliferavam e, além das que já existiam nos anos anteriores, há referências às tipografias Perseverança, M. Barreto, A.J.F. Lopes.

A prosa de ficção tem finalmente grande representatividade no Brasil do século XIX, e pode-se deduzir que o público começa a prestigiar e valorizar o que é escrito no país, pois no período assinalado, entre 1854 e 1863, foram publicadas mais de 100 obras

<sup>22</sup> Os dados aqui apresentados são parte da pesquisa da Tese de doutorado de Germana SALES. *Palavra e sedução: uma leitura dos prefácios oitocentistas*, 2003. Tese (Doutorado) — Departamento de Teoria Literária, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP.

escritas por autores nacionais, número que marca a expansão da prosa de ficção brasileira no momento.

Nesse panorama, o crescimento da produção dos livros torna-se ainda mais evidente. Os periódicos permanecem como os mais importantes meios de divulgação da prosa de ficção e como a melhor e mais prática forma de contato entre a obra de ficção e os leitores.

Nos nove anos que decorrem entre 1864 e 1872, aparecem publicações em prosa de ficção nos seguintes periódicos: jornal *O Mosaico*; *Jornal A Situação*; *Correio Mercantil*; *Semanário Maranhense*; *Jornal das Famílias*; jornal *A República*; jornal *Diário do Gram Pará*; jornal *A Província*; *Almanaque literário*; jornal *Constituição*; *Despertador de Santa Catarina*; *A América Ilustrada*; *Diário de Pernambuco*; *Jornal da Vitória*; *Revista Literária*; *Revista O Guarani*; *Revista do Partenon Literário*; *Revista Murmúrios da Guaíba*.

A impressão de textos ficcionais aumenta também nas casas tipográficas. Excetuando outras tipografias que já foram citadas e que ainda permaneciam no comércio livreiro, verificam-se outros nomes no comércio livreiro, como a Tipografia Comercial, Typografia Domingues Luiz dos Santos e Typografia Imperial de J. R. de Azevedo Marques. Não obstante, o mercado editorial de B. L. Garnier intensifica-se, sobressaindo-se nas edições de livros ficcionais.

Os dados demonstram o processo de evolução quantitativa da prosa de ficção brasileira, o que corresponde a 125 títulos, entre primeiras edições e reedições dos volumes

Assim, retomamos nossa discussão inicial embasada na fala de Machado de Assis ao lamentar a escassez de obras escritas com talento. Examinando os títulos e os autores acima referidos, podemos tentar modalizar as afirmações de Machado, uma vez que todos compunham o grupo dos afamados da época.

A situação se sustentará ainda pelos anos vindouros, quando em 1843 e 1844, além de Teixeira e Souza e Joaquim Manuel de Macedo, outros nomes não tão familiares ao cotidiano dos alunos de Letras também assinaram seu nome na História Literária. Diversos são os escritores que surgem a partir de 43, ao lado dos romancistas sempre referidos como precursores — Macedo e Teixeira e Sousa; e outros se mantêm desde os anos 30<sup>23</sup>, como Joaquim Norberto com as obras *Maria ou vinte anos depois* (1843), na *Minerva Brasileira*, e *Chegada de Londres e vindo de Paris* (1844), no *Jornal Gazeta Universal*. 1843

---

<sup>23</sup> Sobre uma apreciação da cronologia do romance brasileiro, ver SALES, Germana. Cronologia do romance brasileiro. In: [www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br](http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br).

é o ano de Teixeira e Sousa estreiar com a obra *O filho do pescador*, ao seu lado, estreia Luís da Silva de Azambuja Susano,<sup>24</sup> com o romance histórico *Um roubo na pavuna*.

Diante das referências até então elencadas, este trabalho propõe encadear um debate acerca da necessidade de observar as considerações de Machado de Assis por outro viés, quando se ressentia pelo fato de o país ser carente de obras valorosas. Contudo, convém esclarecer que na época em que o escritor publicou a crítica com que se inicia este artigo, ainda não havia se aventurado pelas páginas do romance e, portanto, desempenhava a função de observador severo diante de um sistema literário que se configurava e, para não angariar nenhum descrédito diante dos leitores cativos da atualidade, sopesamos que Machado era, no mínimo prudente, mas um tanto rígido com as tímidas publicações em prosa de ficção que se mostravam no cenário nacional.

Nessa esteira de proposições, por que não avaliar que essas obras são suficientes para sustentar um dos tripés da configuração da formação do nosso sistema literário? Aquele era exatamente o momento em que se almejava uma Literatura Nacional, de valorização à pátria amada independente e, como já é do conhecimento dos jovens estudantes de Letras que estão lendo esse artigo, as linhas da História Literária são escritas antes do que proclama o senso comum e, portanto, somos um país de leitores de romances, público concreto que existe para completar o tripé do sistema literário.

As considerações tecidas aqui remetem para a reflexão sobre os princípios de articulação das obras, autores e público no século XIX, como também para a compreensão do conjunto de práticas sociais e da rede de instituições existentes para organizar e valorizar esse sistema.

Ora, sabe-se já que o valor de uma obra não está restrito à literariedade intrínseca ao texto e que a produção escrita e seus autores estão sujeitos a um conjunto de instituições e políticas de avaliação que determinam sua importância. Sabe-se também que, entre as instituições que consagram as obras e seus autores, a crítica ocupa um lugar privilegiado para distinguir a importância dos textos literários, como também espaço de destaque para aqueles que assinam os ensaios críticos.

A concepção de Machado estava dirigindo-se às duas vertentes: às obras e à crítica que, segundo ele, era tendenciosa e passional. A visão do crítico oitocentista, aparentemente, descreve parte desse conjunto de práticas intelectuais que, ao mesmo tempo, regiam a estrutura que regulamentavam o trânsito entre obras e público e materializava a configuração do sistema literário.

Convém lembrar ainda que Machado nos fala de um século desprovido de obras de valor, justamente no ano em que chegava ao público, além da primeira edição do ro-

---

<sup>24</sup> LUÍS DA SILVA AZAMBUJA SUSANO (nasceu no RJ, a 20 de agosto de 1791 e faleceu a 16 de agosto de 1893 (?)) em Vitória, ES.)

mance *Iracema*, de José de Alencar, a segunda edição, em um só volume, dos romances *A Viúvinda* e *Cinco Minutos*. Além disso, era publicada, também a segunda edição do romance *As Minas de Prata*, do mesmo autor. Também nesse ano, o leitor conheceu a obra *O Culto ao Dever*, de Joaquim Manuel de Macedo e *O Ermitão de Muquém*, de Bernardo Guimarães, entre outras obras que circularam no período e que dão ideia do volume de produção no século.

Mas, a respeito de *Iracema*, parece este romance satisfazer mais o crítico carioca, que publica, em 1866, outro exame, ao romance de Alencar e, dessa vez, elogiosa, reconhecendo-o como obra prima, a despeito da “indiferença pública”: apreciação

Tal é o livro do Sr. José de Alencar, fruto do estudo, e da meditação, escrito com sentimento e consciência. Quem o ler uma vez, voltará muitas mais a ele, para ouvir em linguagem animada e sentida, a história melancólica da virgem dos lábios de mel. Há de viver este livro, tem em si as forças que resistem ao tempo, e dão plena fiança do futuro. É também um modelo para o cultivo da poesia americana, que, mercê de Deus há de avigorar-se com obras de tão superior quilate. Que o autor de *Iracema* não esmoreça, mesmo a despeito da indiferença pública; o seu nome literário escreve-se hoje com letras cintilantes: Mãe, O Guarani, Diva, Lucíola, e tantas outras; o Brasil tem o direito de pedir-lhe que *Iracema* não seja o ponto final. Espera-se dele outros poemas em prosa. Poema lhe chamamos a este, sem curar de saber se é antes uma lenda, se um romance: o futuro chamar-lhe-á obra-prima.<sup>25</sup>

Aquinhoado de poema em prosa pelo crítico, *Iracema* faria parte então do seletivo grupo das boas obras que têm em si a força de resistir ao tempo. *Iracema* viria preencher o espaço esperado por Machado desde 1858<sup>26</sup>, quando escreveu que somente uma “revolução intelectual” romperia “a influência poderosa da Literatura Portuguesa sobre a nossa”. Livre dos quinhões, José de Alencar é o modelo literário, que escreveu com as letras cintilantes capazes de refletir *o passado, o presente e o futuro* da Literatura Brasileira.

Mas a crítica desde sempre foi ambígua e contrafeita a quase tudo, pois se na opinião de Machado, Alencar seria um dos escritores que iria romper com a influência portuguesa, o mesmo Alencar lamentava o fato de ser percebido por esse conjunto de avaliadores como um arrebitado à estrangeira, pois como explica o romancista, no prefácio de *Sonhos d'ouro*, a situação de um ficcionista elaborar sua obra infundida de grande nacional

<sup>25</sup> ASSIS, Machado. *Iracema* por José de Alencar. In: In: *Obras completas de Machado de Assis — Crítica literária*. Vol. 29. São Paulo: W. M. Jackson editores, 1962. p. 73-83

<sup>26</sup> ASSIS, Machado. “*O passado, o presente e o futuro da literatura*”. In: *Obra Completa de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. III, 1994.

lidade, representando traços singulares da sociedade, como foi demonstrado em seus romances urbanos:

Desta luta entre o espírito conterrâneo e a invasão estrangeira são reflexos Lucíola, Diva, A Pata da Gazela, e tu, livrinho, que aí vais correr mundo como o rótulo de Sonhos d’ouro. Tachar estes livros de confeição estrangeira, é, relevem os críticos, não conhecer fisionomia da sociedade fluminense. (...) Como se há de tirar a fotografia desta sociedade, sem lhe copiar as feições?<sup>27</sup>

As linhas traçadas por Alencar revelam algumas das expectativas vigentes no sistema literário brasileiro, segundo as quais o romance deveria atuar também como instrumento de consolidação de uma identidade nacional.

A apreciação de Machado de Assis a respeito do romance de Alencar complementa sua ideia de que para julgar uma obra cumpre-lhe “procurar o sentido íntimo” e assim empreender uma análise profunda. Mesmo assim, sua abordagem em relação à obra do autor cearense não parece resolver o problema sobre o conceito estabelecido naquela época acerca do valor das obras, pois o julgamento esbarrava em, pelo menos, três particularidades — a avaliação interna do texto, as semelhanças que poderia manter com a Literatura Portuguesa e o não reconhecimento do romance, enquanto gênero.

Seria pelo primeiro conceito que Machado se precavia de destacar obras, que, segundo ele deveriam ser avaliadas pelas “máximas salutares” e que, portanto deveriam atender às regras da forma que lhe renderiam a condição de obra de arte; ou estaria Machado vinculado ao grupo que torcia o nariz diante da novidade prosaica que se apresentava? Feliz ou infelizmente, até esse período Machado de Assis somava para o lado dos críticos e observava com desconfiança o gênero novo que rompia com as regras da natureza artística, pois enquanto turbinou suas linhas com elogios a Alencar, deixou passar ao largo, pelo menos até 1865, a prosa de ficção brasileira que se configurava.

Limitando-me neste ensaio a inferir que Machado poderia nortear seus escritos pelas duas vertentes, identificamos uma incoerência na perspectiva da crítica, pois se Machado critica as obras destinadas ao passatempo<sup>28</sup>, encontrar-se-á, em discordância com proposição do próprio autor de *Iracema*, quando recomenda, no prefácio, o livro como a companhia das horas de desenfado e diversão, na sesta:

<sup>27</sup> ALENCAR, José. “Bênção Paterna”. In: *Sonhos d’ouro*. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d. p.11.

<sup>28</sup> ASSIS, Machado. “J.M. de Macedo: O culto do dever”. In: *Obras completas de Machado de Assis — Crítica literária*. Vol. 29. São Paulo: W. M. Jackson editores, 1962. p. 60-71.

Meu amigo.

Este livro o vai naturalmente encontrar em seu pitoresco sítio da várzea, no doce lar, a que povoa a numerosa prole, alegria e esperança do casal.

Imagino que é a hora mais ardente da sesta.

Abra então este livrinho, que lhe chega da corte imprevisto. Percorra suas páginas para desenfasiar o espírito das cousas graves que o trazem ocupado.

Escrevi-o para ser lido lá, na varanda da casa rústica ou na fresca sombra do pomar, ao doce embalo da rede, entre os murmúrios do vento que crepita na areia, ou farfalha nas palmas dos coqueiros<sup>29</sup>.

Ainda sobre a composição de *Iracema* e a configuração do gênero, que pode ser classificado como lenda, romance ou simplesmente prosa de ficção, a crítica de Machado demonstra que, mesmo em 1865, o julgamento dos estudiosos deparava-se com as categorias variadas para os textos em prosa, dispostos entre romances, contos históricos, lendas e narrativas, que correspondiam a toda essa variedade de publicações daqueles momentos iniciais e tinham como objetivo encontrar uma correspondência entre o texto literário e a realidade recriada. As narrativas eram assim classificadas porque seu eixo mantinha o foco na verossimilhança com a realidade, numa perspectiva em que os acontecimentos e as relações humanas norteavam o enredo.

Não era de se admirar, portanto, que este ou aquele crítico tivesse dificuldade para classificar os textos em prosa e julgá-los de qualidade duvidosa se comparados aos demais gêneros já estabelecidos. O romance, por se apresentar contrafeito às regras da retórica e com características amorfas causava reações da crítica e da camada de intelectuais que se debruçava sobre o assunto.

Trata-se, portanto, de entender que a hipótese existente, nos dias atuais, de que o reconhecimento da obra literária é postulado por uma cadeia de relações institucionalizadas, é uma reprodução, em maior escala, do que regia o sistema literário, durante o século XIX. Autores e obras estavam e estão sujeitos a regras e preceitos que não só materializam essas formas literárias, como determinam a permanência delas entre os séculos.

Seguindo este raciocínio, pode-se inferir também que as formas de avaliação que regiam a crítica e a faziam perfilhar certa produção, utilizavam critérios que não levavam em conta somente o valor interno ao texto, pois essa configuração estabelecia uma organização que previa mais do que simplesmente o texto em si. Estavam em jogo nessa análise toda a cadeia de relações que abarcava autor e obra.

---

<sup>29</sup> ALENCAR, José de. *Iracema — Lenda do Ceará*. São Paulo: IMESP, 2003.

Dentre essas conjecturas não podemos omitir que a consolidação da produção escrita de José de Alencar, àquela altura, mesmo que tachada de diversão e entretenimento, poderia ser avaliada por Machado como a mais alta Literatura.

Longe de romper as primícias do sabor literário da obra, o prólogo de Alencar situa o romance naquela que era sua costumeira missão — desenfatiar o espírito das coisas sérias. Abordado por esse viés, entende-se que desde muito tempo crítica e produção escrita ocupam lados opostos, como enfatiza, novamente Alencar no seu “Bênção Paterna”:

Os críticos, deixa-me prevenir-te, são uma casta de gente, que tem a seu cargo desdizer de tudo neste mundo. O dogma da seita é a contrariedade. Como os antigos sofistas, e os reitores da Meia Idade, seus avoengos, deleitam-se em negar a verdade. Ao meio-dia contestam o sol; à meia-noite impugnaram a escuridão. Como Heráclito, choram quando o mundo ri, ou zombam com Demócrito quando a sociedade se lamenta.<sup>30</sup>

Portanto, sabe-se também que a crítica não obedece a uma regra unívoca que defende os mesmos preceitos, nem os constitui como formas históricas subjugadas a uma única legislação. Nesse sentido, os textos “Ideal crítico” e “Bênção Paterna” apresentam ideias comuns quando identificam a crítica como tendenciosa ao ser elaborada de acordo com seus gostos, simpatias ou diferentes modelos que tomam como verdadeiro, correndo o risco de desprestigiar outras obras, menos afeitas à individualidade de cada um.

Os ensaios referidos neste trabalho evidenciam que a forma como a História Literária se concretiza assume diferentes configurações sujeitas a uma política de leitura, dimensionada, primeiramente pela crítica, instância capaz de definir as formas de organização do cânone.

Não podemos apagar nem a História anterior a 1843, como também não se nega a década de sessenta como um momento de plena consolidação do gênero romance no Brasil. Esse foi o instante do apogeu romântico com uma relativa produção escrita já considerada grande Literatura. Na disposição desse sistema, *Iracema* virá compor um quadro que se desenhava para José de Alencar, desde 1854, quando publicou as crônicas que compuseram o volume *Ao correr da pena* e, ano após ano, as obras que iriam fazer parte de seu projeto literário. Em 1856 publica *Cinco minutos*, em folhetim, no jornal *Correio Mercantil*, *A Viúvinha* e *O Guarani* em 1857 e, a partir daí Alencar emplaca novos títulos e, não só tem as obras que foram lançadas em folhetim, editadas no formato livro, como seus romances começam a aparecer em segunda edição.

<sup>30</sup> ALENCAR, José. “Bênção Paterna”. In: *Sonhos d’ouro*. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d. p. 6.

Assim como José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo e Bernardo Guimarães também já eram escritores consagrados em 1865, ao lado de outros, não tão afamados, mas que dependiam da “moderação e urbanidade” requeridas por Machado de Assis em seu ensaio.

É neste ponto que os dois textos se aproximam, mesmo que distem entre si quase dez anos, pois abordam, ambos, a elaboração e configuração da obra literária, no panorama da produção literária brasileira e o papel da crítica, ora severa, ora amistosa para com os afeitos.

Os dados pinçados até aqui trazem à luz as discussões sobre as ponderações da crítica diante dos jovens escritores, pois não podemos descartar seus caminhos, textos e nomes que ilustraram o período da ascensão e consolidação do romance em nosso país.

De posse dessas informações, o aluno do Curso de Letras ficaria mais confortável diante da reunião dos fatos que compõem a História Literária e poderia, ele mesmo solidificar seu juízo de valor acerca das obras e do posicionamento crítico. Sem deixar de levar em conta, naturalmente, as regras basilares que norteiam o caminho de consagração de autores e obras.

A análise do prefácio assinado por José de Alencar e a leitura da crítica de Machado de Assis aponta os detalhes a que estavam sujeitos escritores e obras diante da crítica que, seguindo a observação de ambos, era ora passional, ora severa, ora indiferente, pois o silêncio, como atesta Alencar era outra maneira de tecer juízo desfavorável, não dando sequer notícia do aparecimento da obra, esmagando sua existência “com augusto e tenebroso silêncio”<sup>31</sup>. Contudo a crítica sempre funcionou como importante instância de consagração da dupla autor/obra; e a recuperação das opiniões expressas nos textos “Ideal do Crítico” e “Bênção Paterna” mexe numa casa de abelhas, mas mesmo assim permite analisar o contexto em que essa produção escrita era produzida, avaliar sua recepção, além de entender a rede de relações que organiza a conjuntura em que se deu a construção da História Literária em nosso país.

**Abstract:** This paper focuses on a dialogue between the text “Ideal do crítico”, written by Machado de Assis and published on *Diário do Rio de Janeiro* in 1865, and the prologue “Bênção Paterna”, authored by José de Alencar, published in 1872, at the release of the novel *Sonhos d’ouro*. Both literary works focus on the genre Novel and expound on the acclimation and consolidation of this type of narrative in Brazil, in the second half of the 19<sup>th</sup> century. This essay also discusses demonstrative data on the process of quantitative evolution of Brazilian prose fiction. They lead to the reflection on the principles of articulation of the literary system in the 19<sup>th</sup> century, as well as to the

---

<sup>31</sup> ALENCAR, José. “Bênção Paterna”. In: *Sonhos d’ouro*. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d. p. 6.

comprehension of the social practices and of the network of institutions created to organize and value this system.

**Keywords:** Novel. Literary criticism. Literary system.

## Referências bibliográficas

ABREU, Márcia. *O Caminho dos Livros*. Campinas; São Paulo: ALB & Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 2003.

\_\_\_\_\_. “Rumos da ficção no Brasil oitocentista”. *Revista Moara*. No. 21. Belém, PA, 2004.

ALENCAR, José. “Bênção Paterna”. In: *Sombos d’ouro*. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d.

\_\_\_\_\_. *Iracema — Lenda do Ceará*. São Paulo: IMESP, 2003.

ASSIS, Machado. “Ideal do Crítico”. In: *Obras completas de Machado de Assis — Crítica literária*. Vol. 29. São Paulo: W. M. Jackson editores, 1962.

\_\_\_\_\_. Iracema por José de Alencar. In: *Obras completas de Machado de Assis — Crítica literária*. Vol. 29. São Paulo: W. M. Jackson editores, 1962.

\_\_\_\_\_. J.M. de Macedo: O culto do dever. In: *Obras completas de Machado de Assis — Crítica literária*. Vol. 29. São Paulo: W. M. Jackson editores, 1962.

\_\_\_\_\_. O passado, o presente e o futuro da literatura. In: *Obras Completas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. III, 1994.

CANDIDO, Antonio. *A Formação da literatura Brasileira*. Vol II. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

\_\_\_\_\_. *Iniciação à Literatura Brasileira*. 3. ed., São Paulo: Humanitas, 1999.

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A Formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999.

MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o Romantismo*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VAUGUSTI, Valéria. *Trajetoórias de consagração: discursos da crítica sobre o romance no Brasil oitocentista*. Tese de Doutorado. IEL/UNICAMP, Campinas, São Paulo, 2006.

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. Ministério da Cultura — Fundação Biblioteca Nacional — Departamento Nacional do Livro, 1915.

SALES, Germana. Cronologia do romance brasileiro. In: [www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br](http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br).

\_\_\_\_\_. *Palavra e sedução: uma leitura dos prefácios oitocentistas*, 2003. Tese (Doutorado) — Departamento de Teoria Literária, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP.

SERRA, Tania. *Antologia do romance-folhetim (1839-1870)*. Brasília: Editora UNB, 1997.